



Também acontece hoje depoimento de advogado no caso da dilapidação da herança de Luiz Gustavo Nominatto

CPI ouve hoje juiz do TRT-RJ acusado de irregularidades

Acusado por vários depoentes de envolvimento com contratações irregulares, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento de obras, o juiz José Maria de Mello

Porto, ex-presidente do TRT-RJ, tem hoje a oportunidade de oferecer suas explicações, durante reunião da CPI do Judiciário que começa às 15 horas. Ele depõe na condição de testemunha.

PÁGINA 4

Programação de rádio e TV atrai interesse dos cidadãos

O serviço *Voz do Cidadão* tem registrado um grande número de telefonemas de pessoas interessadas em dar sua opinião sobre o que deve ser feito para melhorar as programações de rádio e TV no país, assunto que será tratado pela subcomissão criada pelo Senado e presidida por Pedro Simon.

PÁGINA 4



Projeto de ACM já conta com 43 assinaturas

Quarenta e três senadores já assinaram a proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que será lida em plenário hoje. O autor é o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

PÁGINA 5



Emenda do SUS vai a votação na quarta

PÁGINA 3

Comissão examina amanhã programação educativa para as TVs

Senadores devem votar, também, projeto que trata da reutilização de livros didáticos

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), reúne-se amanhã, às 11h30, para examinar, entre outras matérias, projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças na televisão, estabelecendo sanções pelo seu descumprimento. O parecer apresentado pelo relator, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), é favorável.

A comissão deve apreciar também projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que trata da reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio. O senador Freitas Neto, presidente da CE, que é o relator da proposta, tem parecer favorável, mas com emendas.

De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), aguarda votação na CE projeto que dispõe sobre a proteção ao patrimônio fóssilífero, o qual tem parecer favorável, mas com emendas, do senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

A instituição do Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária é outro projeto que os senadores irão analisar na reunião da Comissão de Educação. A proposta, que terá votação terminativa, é de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) e recebeu parecer favorável do relator da matéria, senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

Aqueles que exerciam a função de



Távola deu parecer favorável ao projeto sobre a programação educativa, de Pedro Simon

reitor, vice-reitor, diretor e vice-diretor em 21 dezembro de 1995 poderão vir a ser reconduzidos aos seus cargos, conforme proposta que integra a pauta da comissão. Trata-se de projeto de lei do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que revoga o artigo 2º da Lei nº 9.192/95, a qual veda a recondução dos dirigentes universitários que ocupavam esses cargos até a data da publicação da lei.

Também está incluído na pauta da CE projeto de lei de iniciativa de Pedro Simon que denomina "Aeroporto Internacional de Guarulhos - Ulisses Guimarães" o Aeroporto Internacional de São Paulo, situado no município de Guarulhos.

Lobão e diretor do Ibama debatem preservação

O desmatamento descontrolado na Amazônia é o tema do programa *Cidadania*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, às 9h, 13h30, 19h30 e 21h30. Foram convidados para participar do debate o senador Edison Lobão (PFL-MA) e o diretor de Recursos Naturais do Ibama, Antonio Carlos do Prado.

Sobre a nova Lei de Crimes Ambientais, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no ano passado, o senador não tem gran-

des expectativas. Para ele, já existem muitas leis no país, as quais não estão sendo bem aplicadas. "É preciso que a sociedade colabore. Todos nós somos interessados na preservação do meio ambiente", diz ele.

O diretor de Recursos Naturais do Ibama disse que o Brasil é o maior detentor de recursos tropicais no mundo. "O problema é ter políticas públicas adequadas para mudar o reflorestamento. É preciso mudar a política florestal do país", defende.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 1999

PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

CPI do Judiciário

▶ 15h - Depoimento do juiz José Maria de Mello Porto, TRT (RJ)

▶ 18h - Depoimento do advogado criminal do espólio de Washington L. Nominatto, Rommel Parreira Corrêa. Sala 2 - Ala Senador Nilo Coelho

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão em 1º turno da "PEC nº 53/99, que altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição federal (criação do Ministério da Defesa); "PLC nº 24/99, que acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto-Lei nº 227/67, com a redação dada pela Lei nº 9.314/96; "PR nº 119/96, que denomina "Florestan Fernandes" a sala da Comissão de Assuntos Sociais; "Requerimento nº 332/99, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 162, 288 e 309, de 1999, que versam sobre indisponibilidade de bens de vítima de seqüestro; "Requerimento nº 335/99, do senador Romero Jucá, solicitando a dispensa do reexame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do PDL nº 34/93, que aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes, aprovado nos termos do Requerimento nº 1.304/95, tendo em vista haver o reexame pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional atendido à finalidade objetivada no referido requerimento; e "Requerimento nº 340/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 391 e 399, de 1999, por versarem sobre alteração no Código Brasileiro de Aeronáutica

Quarta-feira

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão em 1º turno da "PEC nº 53/99, que altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição federal (criação do Ministério da Defesa); "PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde; "Requerimento nº 366/99, do senador Iris Rezende, solicitando a tramitação conjunta dos projetos de resolução nºs 37 e 51/99, por versarem sobre a indicação de membros para as comissões; "Requerimento nº 382/99, do senador Romero Jucá, solicitando que sobre o PLC nº 75/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos

Quinta-feira

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro dia de discussão em 1º turno da "PEC nº 53/99 que altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição federal (criação do Ministério da Defesa); "PLC nº 58/98, altera a redação do inciso III do artigo 12 da Lei nº 8.934/94, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; "PDL nº 31/99, aprova o texto do Acordo sobre o Estabelecimento do Instituto Internacional de Vacinas; e "PDL nº 32/99, aprova o texto da Resolução nº A 12 - 5, com as emendas ao Estatuto da Clac.

Sexta-feira

▶ 9h - Sessão não deliberativa ordinária

COMISSÕES

Terça-feira

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: "Mensagem nº 134/99, que encaminha ao Senado Programação Monetária para o 3º trimestre de 1999; "Mensagem nº 147/99, que submete à apreciação do Senado o nome de Carlos Eduardo de Freitas para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

▶ 11h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 225/99, que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; "PLS nº 43/99, revoga o art. 2º da Lei nº 9.192/95, que altera dispositivos da Lei nº 5.540/68, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários; "PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; "PLS nº 252/99, modifica a Lei nº 9.766/98, que altera a legislação do salário-educação; "PLS nº 241/99, que dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional; "PLS nº 341/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens destinarem pelo menos dois minutos diários de sua programação à divulgação de informações sobre menores desaparecidos; "PLS nº 235/99, que institui o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial; e "PLC nº 53/97, que regulamenta o art. 213 da Constituição federal, definindo escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas para fins de recebimento de recursos públicos. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

▶ 15h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Reunião de instalação e eleição da Mesa. Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

▶ 17h - CPI do Judiciário

Pauta: Depoimento do desembargador Asdrúbal Zola Vasquez Cruxên - TJ (DF). Sala 2 - Ala Senador Nilo Coelho

▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: "PDL nº 118/99, aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado entre os governos do Brasil e Rússia; "PDL nº 120/99, aprova o texto da Emenda ao Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (Clac), Resolução A13-1 (Ampliação da Área Geográfica da Clac para a Incorporação de outros Estados da América); e "PDL nº 125/99, aprova o texto da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Seqüestro Internacional de Crianças. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7

▶ 18h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Audiência pública para instrução sobre o PLS nº 165/99, que dispõe sobre a preservação da concepção urbanística da Capital Federal. Convidados: Evelize Maria Longhi da Silva, secretária de Habitação do GDF; Marcelo Brito, superintendente da 14ª Regional do Iphan; Antônio Menezes Júnior, coordenador do Sindicato dos Arquitetos do DF; e Paulo Bicca, ex-secretário adjunto de Desenvolvimento Urbano do GDF. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13

Quarta-feira

▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 135/94, dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho, para modificar a competência das juntas de Conciliação e Julgamento nos dissídios em que forem partes viajante ou agente; "PLS nº 119/99, que dispõe sobre a inclusão de aviso alertando sobre os malefícios resultantes do uso de equipamentos de som em potência superior a 85 decibéis; "PLS nº 195/99, que dispõe sobre o uso da talidomida; "PLS nº 258/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de defeitos físicos genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho; e "PLS nº 287/99, que dispõe sobre a concessão de desconto no valor de passagens para os maiores de 60 anos. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9

Quinta-feira

▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 14/98, dá nova redação ao parágrafo único do art. 30 e ao inciso III do art. 31 da Lei nº 5.700/71, que dispõe sobre a forma de apresentação dos símbolos nacionais; "PLC nº 77/96, dá nova redação ao art. 30 do Código de Processo Civil; "PLS nº 158/99, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos, a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito; "PLC nº 42/96, que dispõe sobre o depósito e venda de veículo apreendido pelos Detrans, em todo o território nacional; "PLC nº 15/97, acrescenta parágrafo único ao art. 95 da Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais; "PLC nº 57/97, acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos; "PLC nº 104/96, que dispõe sobre a redução de despesas cartorárias com as escrituras públicas e os registros imobiliários para a aquisição de imóvel construído pelo sistema de mutirão nos programas habitacionais para famílias de baixa renda; e "PLC nº 101/96, que define condições para o lançamento de esgotos e a disposição de resíduos sólidos. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5

Sexta-feira

▶ 17h - CPI do Judiciário

Pauta: Depoimento do juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, ex-juiz da Vara da Infância e Adolescência de Jundiá (SP). Sala 2 - Ala Senador Nilo Coelho

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário aprecia duas emendas constitucionais

Uma delas define obrigações de municípios, estados e União com o SUS e a outra ajusta a Constituição à criação do Ministério da Defesa

O plenário do Senado vota na quarta-feira, em segundo turno, proposta de emenda constitucional que fixa percentuais mínimos de recursos dos orçamentos públicos para o Sistema Único de Saúde (SUS). Autor da matéria, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou que a saúde no país está vivendo um momento difícil, uma vez que nove estados da Federação levam quase a totalidade dos recursos. "É preciso que estados mais pobres tenham as verbas reclamadas pela população e que o SUS disponha do aparelhamento necessário para atender os mais pobres", frisou o parlamentar.

Valadares, que havia solicitado adiamento da votação em junho último porque, à época, "não havia possibilidade política de aprovação da matéria", disse que a luta dos que desejam a aprovação dessa emenda constitucional não objetiva vencer o governo, até porque a bancada da oposição conta



Valadares espera que todas as bancadas se unam em um projeto para cuidar da saúde pública

com apenas 14 parlamentares.

O senador por Sergipe lembrou que o governo federal não aplica na saúde a totalidade dos recursos recolhidos com a cobrança da CPMF, e que, em razão disso, existem ações de inconstitucionalidade ajuizadas no Supremo Tribunal Federal para obrigar o governo a cumprir o que determina a Constituição.

— Espero que, agora, todas as

bancadas se unam para mostrar que o Brasil tem um projeto para cuidar da saúde — ressaltou.

MINISTÉRIO DA DEFESA

Amanhã, o plenário aprecia, em primeiro turno, outra proposta de emenda constitucional de autoria do Executivo que altera a Constituição com vista a ajustá-la à criação do Ministério da Defesa e dos comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. A proposta inclui o cargo de ministro da Defesa entre os privativos de brasileiro nato, altera a composição do Conselho de Defesa Nacional e define o juízo competente para processar e julgar os comandantes das três forças.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), que já emitiu parecer favorável na Comissão de Justiça, disse que a criação do Ministério da Defesa e a integração das Forças Armadas em uma única estrutura significam "o mais importante passo dado nas últimas décadas no campo militar".

Senado votou oito matérias nesta semana

Quatro acordos internacionais, entre eles o de cooperação com a Colômbia, para combate ao contrabando de armas e ao narcotráfico por via aérea, e uma autorização de crédito — matérias de deliberação privativa do Senado, de acordo com a Constituição — incluem-se no total de oito matérias aprovadas pelo plenário da Casa na semana passada (de 2 a 6 de agosto).

O plenário aprovou também substitutivo a projeto de lei da Câmara dos Deputados que dispõe sobre educação em Direitos Humanos e institui a política nacional relativa à matéria para o ensino fundamental e médio. O projeto será submetido a turno suplementar, e, se confirmada a aprovação, voltará à Casa de origem, que apreciará as alterações feitas pelos senadores.

Na mesma situação encontra-se projeto da Câmara que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, este para determinar a participação da escola na fiscalização dos estágios profissionais.

Os senadores também aprovaram nesta semana requerimentos estabelecendo que três projetos de restrição à propaganda de produtos de tabaco e bebidas alcoólicas serão apreciados, terminativamente, nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação (CE), além da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A semana também registrou grande



O plenário votou acordos internacionais, autorização de crédito e projetos de lei

movimento nas comissões do Senado. A CCJ aprovou projeto que altera o Regimento Interno, acabando com o critério de tempo para pedido de verificação de *quorum*. Pelo projeto, o pedido pode ser feito por um número mínimo de dez senadores.

A CCJ também votou proposta que convalida operações entre os estados e a União, reduzindo de 13% para 5% o limite máximo de comprometimento da receita líquida real para atendimento às obrigações correspondentes ao serviço da dívida, no âmbito do ajuste fiscal dos estados.

Já a CAS decidiu realizar audiência pública para subsidiar os debates sobre o combate à pobreza, e convidar o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, a prestar esclarecimentos sobre o desempenho do setor, além de ter aprovado emendas a dois projetos de lei — o do piso salarial para médicos e dentistas, e o que regulamenta a profissão de clas-

sificador de produtos vegetais.

Por sugestão de seu presidente, senador José Sarney, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) vai organizar seminário sobre a ameaça de internacionalização da Amazônia. A CE deu parecer favorável à renovação de concessões de sete emissoras de rádio, e a CAE emendou projeto da Câmara de redução da burocracia na distribuição da merenda escolar.

A CAE resolveu, ainda, realizar quatro audiências públicas: com os governadores do Norte e Nordeste, para discutir a aplicação do ajuste fiscal em seus estados; com os prefeitos de regiões metropolitanas, para debater os preços dos serviços privatizados de água, luz e esgoto; com os presidentes da Confederação Nacional da Agricultura, Ernesto Salvo, e da Federação da Agricultura de Mato Grosso, José Antonio de Ávila, sobre a "Agenda Positiva do Campo"; e com a ex-secretária de Administração Cláudia Costin sobre o *bug* do milênio.

Audiência sobre concepção urbanística do DF será amanhã

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), realiza amanhã, às 18h, audiência pública destinada a discutir a preservação da concepção urbanística de Brasília, tema de projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF). A audiência foi proposta pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ), relator do projeto.

Deverão participar da audiência Paulo Bica, ex-secretário de



Estevão: quatro áreas no conjunto urbanístico de Brasília

Desenvolvimento Urbano do GDF; Evelize Longhi, secretária de Habitação do Distrito Federal; Marcelo Brito, coordenador da 14ª Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; e Antônio Menezes, coordenador do Sindicato dos Arquitetos do DF.

Em seu projeto, o senador Luiz Estevão propõe a inclusão de quatro áreas dos bairros Lago Sul e Lago Norte no conjunto urbanístico de Brasília.

Comissão Mista de Orçamento elegerá seu novo presidente

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização realiza amanhã, às 15h, a reunião de instalação e eleição do seu novo presidente, cargo que será exercido por um senador, de acordo com a alternância estabelecida pela Resolução nº 2/95, que regulamenta o seu funcionamento. Na oportunidade, também serão eleitos os três vice-presidentes. A comissão é composta de 84 membros titulares, sendo 63 deputados e 21 sena-

dores; e 28 suplentes, 21 deputados e sete senadores.

Cabe a essa comissão mista examinar e emitir parecer sobre projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, assim como sobre as contas apresentadas anualmente pelo presidente da República e ainda sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição.

CAE vai sabatinar economista indicado para o Banco Central

Carlos Eduardo de Freitas, indicado para a Diretoria de Assuntos da Dívida dos Estados, do Banco Central, será sabatinado amanhã, às 10h, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator da mensagem de indicação é o senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Os senadores da comissão ana-

lisarão também a programação monetária do governo para o terceiro trimestre deste ano. O relator, senador Luiz Otávio (PPB-PA), é favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta. A decisão final sobre as duas mensagens presidenciais cabe ao plenário do Senado.

Cooperação científica com a Rússia será analisada pela CRE

O texto do acordo de cooperação científica entre o Brasil e a Rússia é um dos itens da pauta a ser analisada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) amanhã, às 17h30. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO).

Presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), a comissão vai examinar, também, o texto da emenda ao Estatuto da Comis-



Moreira Mendes deu parecer favorável ao acordo com a Rússia

são Latino-Americana de Aviação Civil (Clac) para incorporar outros estados da América à área geográfica da Clac, decidida na 13ª Assembléia, realizada em Santiago do Chile, em 1998.

Os senadores vão analisar ainda o texto da convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída em Haia, em 25 de outubro de 1980, com vistas à adesão pelo governo brasileiro.

Juiz do TRT-RJ depõe hoje na CPI

Mello Porto será ouvido pelos senadores sobre as denúncias de contratações irregulares, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento de obras

O ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, juiz José Maria de Mello Porto, será ouvido hoje pela Comissão Parlamentar de Inquérito que está apurando irregularidades no âmbito do Poder Judiciário. Em seu depoimento,

ele deverá responder a denúncias de contratações irregulares, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento de obras no TRT-RJ durante a sua gestão, no período de 1992 a 1994.

O advogado Wadih Damous Nemer Filho disse, em depoimento na CPI no mês de maio, que, além de irregularidades administrativas, Mello Porto é suspeito de compra de votos de juizes do tribunal e venda de vagas de juizes classistas a representantes de sindicatos "de

cartório". Ele acrescentou que o ex-presidente do TRT-RJ realizou uma campanha de promoção pessoal que contou com *showmícios*, distribuição de faixas e adesivos para carros, além de *outdoors* com *slogans* associados a Mello Porto.

Também hoje, a CPI do Judiciário ouvirá o depoimento de Rommel Parreira Corrêa, advogado criminal do espólio de Washington Nominatto. A comissão está investigando o caso depois de tomar conhecimento de denúncias de que a herança deixada para o filho, o menor Luiz Gustavo Nominatto, de US\$ 30 milhões, teria sido reduzida a US\$ 900 mil no decorrer do processo de inventário, sob a responsabilidade do atual desembargador Asdrúbal Zola Vasquez



Inspetor Roberto Dino, que depôs na quinta-feira, defendeu-se da acusação de ter ajudado a dilapidar herança de Washington Nominatto

Cruxên, do Tribunal de Justiça de Brasília. A dilapidação dos bens do herdeiro foi denunciada à CPI pelo advogado Luiz Octávio Amaral, que defendeu a mãe do menor.

Na quinta-feira passada, último depoimento tomado até agora so-

bre o caso, o inspetor de Justiça do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Roberto Jorge Dino, defendeu-se da acusação de ter ajudado a dilapidar a herança deixada por Washington Nominatto para seu filho.

Comissão investiga diversos casos de irregularidades

A construção do edifício-sede das juntas de Conciliação e Julgamento da cidade de São Paulo é um dos principais casos investigados pela CPI. A obra, até hoje inacabada, consumiu cerca de R\$ 230 milhões. Sobre este assunto, a CPI já ouviu o ex-presidente do TRT-SP, Nicolau dos Santos Neto, responsável pela obra, além de outros ex-presidentes do tribunal. Depôs também o ex-genro de Nicolau, Marco Aurélio Gil, que o acusou de se apropriar de recursos públicos e de ostentar sinais exteriores de riqueza incompatíveis com seus

vencimentos de magistrado.

Em depoimento à CPI, Nicolau argumentou que não tinha condições técnicas de questionar os pedidos de liberação de recursos para a obra. Em várias ocasiões, o ex-juiz, hoje aposentado, se recusou a responder perguntas dos senadores, alegando não ser obrigado a fornecer informações que viessem a prejudicá-lo.

A CPI do Judiciário também está investigando denúncias envolvendo outros dois tribunais regionais do Trabalho. No TRT da Paraíba, estão sendo apuradas denúncias

de nepotismo, irregularidades na aquisição de imóveis, apropriação indébita de recursos públicos e compras sem licitação. As denúncias foram feitas pelo técnico judiciário do tribunal Antônio de Pádua Pereira Leite, e confirmadas pelo procurador da República no estado, Eithel Santiago.

No Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, os senadores apuram denúncias de contratações sem licitação, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento de obras durante a gestão do então presi-

dente José Maria de Mello Porto, entre 1992 e 1994.

A CPI do Judiciário também está apurando o processo que condenou o Banco da Amazônia a indenizar a Sociedade Anônima Brasileira da Indústria da Madeira (Sabim) em R\$ 81 bilhões, a venda de alvarás de soltura para pelo menos nove presos no Amazonas e o tráfico internacional de crianças em Jundiá (SP).

Outros casos investigados são o do menor que teve sua herança dilapidada no decorrer do inventário e a falência da Encol.

Subcomissão de Rádio e TV é tema favorito no Voz do Cidadão

A Subcomissão de Rádio e TV, da Comissão de Educação do Senado, continua recebendo, através do serviço *Voz do Cidadão*, opiniões e sugestões sobre a televisão e o rádio no Brasil. No último levantamento, referente ao período de 30 de junho a 4 de agosto, foi constatado que, dos 1.175 telefonemas registrados pelo serviço 0800-612211 do Senado, 41,35% se referem ao tema.

O crescimento do número de ligações telefônicas para esse serviço mantido pela Subsecretaria de Relações

Públicas, com comentários sobre o rádio e a televisão no Brasil, deveu-se ao apelo do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que pretende estabelecer um amplo debate nacional sobre o assunto. Ele é o presidente da Subcomissão de Rádio e TV, instalada no dia 15 de junho.

Além de discutir questões como a abertura do capital das empresas jornalísticas e de radiodifusão à participação estrangeira, a agenda de trabalho da subcomissão inclui debates sobre a abertura das TVs educativas à publicidade comercial, os limites de interferência do estado nas concessionárias, a participação do Legislativo no processo de outorga para rádio e televisão e rádios comunitárias.

A subcomissão, que foi proposta por Pedro Simon, poderá reunir representantes da sociedade civil, universidades, igrejas, associações de classe, órgãos públicos, entidades profissionais ligadas à área de comunicação, além de parlamentares, com o objetivo de analisar o alcance e o poder que os meios de comunicação de massa exercem sobre o público.

RODA VIVA

Hoje, a partir das 22h30, Pedro Simon estará em São Paulo (SP) participando do programa *Roda Viva*, apresentado ao vivo em rede nacional pela TV Cultura. Ele é um dos convidados para debater o tema "televisão brasileira".



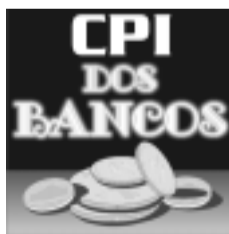
Simon debate assunto hoje no programa *Roda Viva*

Jader acha que vinda de Malan é imprescindível

A CPI do Sistema Financeiro "não poderá deixar de ouvir" o ministro da Fazenda, Pedro Malan, para que dê sua visão sobre as mudanças que a comissão de inquérito do Senado pretende propor na área de atuação do Banco Central.

A opinião é do senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB no Senado e autor do requerimento que originou a CPI.

Pedro Malan participará da



"fase de propostas" da comissão de inquérito, quando estarão em debate projetos destinados a deixar mais claros os limites da atuação do Banco Central no mercado

financeiro, especialmente na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), e para reduzir a sonegação de impostos.

Os senadores da CPI devem ouvir novamente, nesta semana, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, convocado

para apresentar anteprojetos de lei que reduzam a evasão e a elisão fiscal (brechas usadas pelas empresas para diminuir seus pagamentos de tributos).

Quando esteve na CPI, no dia 20 de maio, ele citou nove defeitos na legislação que têm reduzido a arrecadação federal e prometeu, em 30 dias, encaminhar os anteprojetos à CPI, o que não ocorreu até agora.

No início desta semana, os senadores da comissão vão continuar a reunião administrativa iniciada na quinta-feira, quan-



Jader defende que o ministro da Fazenda venha à CPI durante a chamada "fase de propostas"

do discutiam os rumos da CPI até seu encerramento, marcado para o dia 12 de setembro.

Emenda de Antonio Carlos tem 43 assinaturas

Tramitação da proposta terá início amanhã, com a leitura do texto em sessão plenária do Senado. Caso seja aprovada, serão destinados de R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões por ano a ações de nutrição, habitação, educação, saúde e reforço de renda familiar

A proposta de emenda constitucional de autoria do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza já havia sido assinada por 43 senadores até sexta-feira, 16 a mais do que o número mínimo exigido constitucionalmente, que é de 27, ou seja, um terço da Casa.

A tramitação da emenda constitucional terá início amanhã, com a leitura do texto durante a sessão plenária do Senado, de acordo com o Regimento Interno. Após a leitura, a emenda será enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta prevê que o fundo



funcione a partir do ano que vem e até 2010, com uma estimativa de arrecadação anual entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões, destinados a ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social.

Desde que a imprensa começou a divulgar a decisão do senador de apresentar a emenda, ela tem sido o tema de grande parte das ligações recebidas no serviço de contato direto com o cidadão pelo telefone 0800-612211, mantido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, revelando o grande interesse despertado pela iniciativa na opinião pública.



A proposta que será lida em plenário prevê a existência de um fundo especial entre 2000 e 2010

Amir Lando defende adoção de nova política econômica

O senador Amir Lando (PMDB-RO) solidarizou-se na sexta-feira com a proposta do presidente do Senado que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Lando defendeu, entretanto, a adoção de uma nova política econômica, capaz de produzir riqueza e empregos para atender aos brasileiros, "sobre-



Amir Lando se solidarizou com a proposta de ACM

a pobreza e as suas causas vinha sendo escondida "embaixo do tapete". Contudo, ele concordou com o orador ao ressaltar o caráter excludente do neoliberalismo associado à globalização:

— Estamos vivendo em um mundo onde está em curso um processo no qual os países ricos escolhem seus parceiros e conduzem os demais à miséria. O Brasil, lamentavelmente, está fora da relação dos escolhidos. Perdemos nossa independência, pois tudo que se faz hoje neste país é ditado de fora — protestou.

Para Amir Lando, o que está em jogo é a soberania nacional. Ele alertou para a necessidade de preservação da Amazônia e manifestou-se contrário à venda de empresas como a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, "que são instrumentos fundamentais em uma política social de governo".

Por sua vez, também em aparte, o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) voltou a se referir a "um novo clima dentro do Senado" — como já o fizera na véspera —, e acrescentou que isso o deixa feliz, pois a pobreza que afeta uma grande parcela de brasileiros tornou-se motivo de preocupação dentro do Congresso.

Amir Lando fez um chamado aos senadores para que se unam em torno da proposta do senador Antonio Carlos Magalhães, mas advertiu que o combate à pobreza não pode ser fruto apenas da disposição transitória da Constituição, que no seu artigo 3º preconiza o combate às injustiças sociais, nem a busca desse propósito se reduzir à criação de impostos e à instituição de um fundo.

O governo, na opinião do senador, precisa estar alerta para os riscos da globalização, que, acredita, está "destruindo o Estado brasileiro", tornando-o incapaz de interceder em favor dos pobres e assim contribuindo para aumentar a miséria.

Em aparte, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) também aplaudiu a iniciativa de Antonio Carlos Magalhães, porque, segundo ele, até agora a discussão sobre

CAS aprecia nove projetos na quarta-feira

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), reúne-se na quarta-feira, às 9h, para cumprir uma extensa pauta de trabalho, com a apreciação de nove projetos. Entre as propostas, está a que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de defeitos físicos genéticos ou decorrentes de acidente de trabalho, de autoria do senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

Na justificativa do projeto, Gilvam Borges lembra que o Senado aprovou, recentemente,

proposta que obriga a realização de cirurgia reparadora da mama para as mulheres que sofreram mastectomia e, agora, pretende estender o benefício a todos os portadores de mutilações.

Também integra a pauta o projeto que trata da inclusão de aviso alertando sobre os malefícios resultantes do uso de equipamentos de som em potência superior a 85 decibéis, da senadora Marina Silva (PT-AC). A senadora argumenta, na justificativa, que pesquisas comprovam que o excesso de barulho prejudica o desenvolvimento cognitivo, o comportamento social e o aprendizado, entre outros males.

Projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), sobre o uso da talidomida, também faz parte da pauta da CAS. O senador quer que o medicamento, sob nome genérico ou marca de fantasia, esteja sujeito ao controle e fiscalização do Ministério da Saúde, e não possa ser vendido em farmácias comerciais.

De autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), será apreciado projeto que institui desconto de 30% no valor das passagens aéreas, rodoviárias, ferroviárias e marítimas, nacionais e internacionais, para os maiores de 60 anos.

Roupas poderão ter bandeira brasileira

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinará na quarta-feira projeto de lei destinado a permitir o uso da bandeira brasileira em roupas, o que é proibido por uma lei de 1971. A proposta, no entanto, continuará vedando que sejam fabricados tecidos com estampas da bandeira nacional.

De autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá, o projeto recebeu parecer favorável do relator na CCJ, senador José Fogaça (PMDB-RS). Conforme o deputado, a história política recente do Brasil levou a "uma militarização dos símbolos naci-

onais", e sua utilização está relacionada, "no inconsciente coletivo da população, às Forças Armadas". Assim, nem sempre as pessoas tomam tais símbolos "como representativos da sua nacionalidade", ao contrário do que ocorre em outros países.

A CCJ discutirá ainda projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) determinando ao Ministério Público prioridade ao tratar conclusões de comissões parlamentares de inquérito, para que promova a responsabilidade civil ou criminal de infratores investigados. Pela proposta, só o *habeas corpus* e o mandado de segurança terão prioridade so-

bre os resultados das CPIs.

Ramez Tebet considera inaceitável que órgãos que recebem as conclusões de CPIs não tomem providências, impedindo às vezes a instauração dos inquéritos destinados a apurar responsabilidades. O projeto tem parecer favorável do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Consta ainda da pauta da CCJ projeto que aumenta de 90 para 180 dias o prazo para que carros apreendidos pelos departamentos de trânsito fiquem em seus depósitos antes de ir a leilão público, exceto os veículos roubados ou adulterados.

Amorim solicita informações a José Serra

Requerimento de informações dirigido ao ministro da Saúde, José Serra, para que explique o cumprimento de cada uma das recomendações constantes do Relatório de Auditoria Especial da Secretaria de Saúde de Rondônia, realizado pelo Ministério da Saúde, foi apresentado à Mesa pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO).

Na justificativa, o senador lembra que uma auditoria especial realizada pelo Ministério da Saúde naquela secretaria estadual, no primeiro semestre deste ano, revelou irregularidades administrativas, funcionais e técnicas na organização do sistema de saúde do Estado, apontando, inclusive, a existência de normas em desacordo com a legislação do SUS, que impossibilitaram a aplicação dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde.

Além disso, acrescentou Ernandes Amorim, dentre as várias irregularidades constatadas, destacam-se a identificação de contratos ilegais com as prestadoras de serviço e valores pagos indevidamente às clínicas Radiologia Samuel Castial e Analisa.



Ernandes Amorim vê irregularidades em Rondônia

Saturnino quer divulgar vida útil de produto

O Código de Defesa do Consumidor pode ser alterado por um projeto do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que inclui a vida útil do produto entre as informações a serem prestadas ao público. Apesar de considerar o código uma das legislações mais avançadas do mundo, o senador defende o seu aprimoramento constante.



Saturnino defende revisão do Código do Consumidor

Segundo Saturnino, a alteração proposta pelo projeto visa ajudar no processo decisório de compra ou não do produto. Além das informações já obrigatórias, como quantidade, composição, prazo de validade e preço, a vida útil será informada para orientar o consumidor sobre os diferentes produtos.

— O consumidor tem direito a uma informação completa e exata sobre os produtos e serviços que deseja adquirir — justificou Saturnino. O projeto foi enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para decisão terminativa.

Alcântara destaca progressos obtidos no setor de saúde

Senador ressalta entre as ações do governo a redução da mortalidade infantil e o aumento para 80 mil do número de agentes comunitários

Ao lembrar a passagem do Dia Nacional da Saúde, comemorado na última quinta-feira, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) reconheceu a existência de problemas sérios no setor, “visíveis a olho nu”, mas ressaltou que o governo Fernando Henrique Cardoso tem obtido progressos, em especial na redução da mortalidade infantil e no aumento do número de agentes comunitários que agora somam 80 mil, cobrindo 3.300 municípios brasileiros.

Segundo Alcântara, persistem na saúde deficiências como qualidade de gestão e controle de fraudes, melhor balanceamento entre ações curativas e preventivas e melhor desenho das instituições. “Esses fatores são agravados pelas desigualdades regionais e sociais, insatisfatórios índices de saneamento e até altos índices de violência ligada à criminalidade e ao trânsito”, afirmou.

Mas o senador pelo Ceará aponta como principal dificuldade a questão do financiamento do setor público de



Alcântara aponta como principal dificuldade o financiamento público da saúde

saúde. “Não apenas o Brasil aplica pouco em seu sistema, mas o que aplica não oferece a segurança desejável. A fatia maior vem do Orçamento da Seguridade Social, onde a porção devida à Previdência é incompreensível em função dos direitos garantidos por lei. Logo, a fatia que resta para a saúde é incerta, oscilando com os azares dos ciclos econômicos”.

Para Alcântara, a solução passa pelo estabelecimento de um rateio justo en-

tre as responsabilidades dos orçamentos da União, dos estados e dos municípios. “Está na hora de se deslanchar uma verdadeira guerra a favor de um sistema de saúde mais satisfatório. Se obtivermos êxito, isso terá grande impacto sobre a sociedade, melhorando sua auto-imagem e sua qualidade e despertando ressonâncias positivas que irão afetá-la como um todo, para melhor, muito melhor”, conclui o senador.

Mauro Miranda critica governo goiano pelo aumento da mortalidade infantil

Ao comentar o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) divulgado recentemente pela ONU, que aponta uma redução nos índices de mortalidade infantil em todo o mundo — de 95 mortes em cada mil nascimentos, em 1970, para 37 mortes por mil de dois anos para cá —, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) criticou o atual governo de Goiás pelo “péssimo desempenho” no atendimento às crianças carentes, denunciando um crescimento de 44% na taxa de mortalidade infantil no estado no primeiro semestre deste ano.

Os dados, segundo Mauro Miranda, foram levantados pela Pastoral da Criança, através do acompanhamento de 32.236 crianças em 117 municípios. Ele citou, ainda, reportagem do jornal *O Popular*, segundo a qual ocorreram no estado 7,2 mortes por grupo de mil crianças apenas no primeiro semestre deste ano, enquanto no ano passado foram registrados cinco óbitos em cada mil crianças nascidas.

Mauro Miranda disse que “é revoltante constatar que em Goiás



Mauro Miranda disse que doenças comuns da infância foram responsáveis pelos índices mais altos

se ignoram as leis do país e os compromissos assumidos pela nação em nível internacional”. O senador apontou como “um dos sinais da insensibilidade do atual governo de Goiás” para com as crianças carentes a suspensão temporária do programa de distribuição do leite, que garantia níveis mínimos de alimentação para as famílias mais pobres.

O senador frisou que “pior ainda é se constatar que doenças comuns na infância, tais como diarreia e desidratação, facilmente curáveis, são as causas das mortes ocorridas no estado, aliadas à des-

nutrição e à falta de assistência médica, ainda muito deficiente em muitos municípios goianos, o que dificulta o tratamento das gestantes e recém-nascidos”.

Os resultados do levantamento realizado pela Pastoral da Criança, segundo Mauro Miranda, demonstram que a região Centro-Oeste teve o maior crescimento no índice de mortalidade infantil, ao lado das regiões Norte e Sudeste. “Enquanto em nossa região o aumento foi de 9 para 11,8 mortes por mil crianças, no Norte fixou-se na proporção de 13 para 13,2 e, no Sudeste, o acréscimo foi de 10 para 12 mortes em cada mil nascidas. No Nordeste, ao contrário, registrou-se queda de 19 para 18,1 no índice de mortalidade infantil e, na região Sul, de 11 para 8,3.”

Para Mauro Miranda, os números deixam claro que, ao não prestar a assistência exigida, “a administração estadual colocou-se na contramão do que determinam as leis e do que recomendam os programas universais de proteção à infância e, na realidade, negou à criança goiana, sem dúvida a nossa maior riqueza, a segura e integral perspectiva de futuro.”

Demitidos da FNS pedem apoio a Antonio Carlos

Depois de lançar sua proposta de combate à pobreza e debater o tema no plenário da Casa, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi aclamado, na quinta-feira, por uma comitiva de representantes dos funcionários da Fundação Nacional de Saúde demitidos no Rio de Janeiro. O grupo pediu o apoio do senador para reverter as demissões e Antonio Carlos prometeu interceder em favor dos trabalhadores junto ao presidente da República.

As demissões atingiram milhares de funcionários que trabalhavam como “mata-mosquitos” na baixada fluminense e foram dispensados em função do término do convênio que previa essa atividade, sob custeio do governo federal. O senador disse aos representantes dos trabalhadores que já tinha colocado o presidente Fernando Henrique Cardoso a par do assunto.

Porto propõe convênios entre SUS e farmácias

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) apresentou projeto de lei determinando que farmácias comerciais forneçam gratuitamente medicamentos de uso contínuo, prescritos por médico ou serviço integrante do Sistema Único de Saúde, quando estiverem indisponíveis nas farmácias da rede própria do SUS.

Segundo o projeto, deverão ser firmados contratos e convênios entre o SUS e farmácias comerciais para essa assistência farmacêutica aos usuários do sistema, nos mesmos moldes dos contratos e convênios assinados com estabelecimentos e profissionais de saúde para fins de assistência médica.

Na justificativa da proposição, Arlindo Porto lembra que, apesar dos esforços do SUS, largas parcelas da população — em geral pessoas idosas cujas rendas familiares provêm de aposentadorias e pensões limitadas — têm dificuldades de obter medicamentos de uso contínuo, essenciais para controle de condições crônicas de saúde.

Para assegurar o direito universal de acesso a tais serviços, garantido pela Constituição, Porto propõe que sejam fornecidos por farmácias comerciais conveniadas com o SUS. “Essa obrigação representará um estímulo ao desenvolvimento institucional das secretarias municipais de saúde para que assumam plenamente suas obrigações previstas na Política Nacional de Saúde”, conclui o senador.



Arlindo Porto pretende proteger idosos

Maria do Carmo defende exploração de manguezais

Mudanças em leis ambientais de defesa dos mangues e a utilização das instalações de viveiros e salinas abandonadas em projetos de aqüicultura (produção artificial de pescado) e de carcinicultura (criação de camarões marinhos) foram defendidas na sexta-feira pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) como forma de gerar empregos. Segundo a senadora, enquanto na Ásia e em países pequenos como o Equador são gerados bilhões de dólares em divisas e milhões de empregos explorando essas atividades, o Brasil tem "andado a passos trôpegos" no setor.

Maria do Carmo disse que a Constituição de 1988 equivocou-se ao determinar a absoluta intocabilidade dos manguezais e ao interpretar a Resolução nº 004 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, levando o Ibama a ficar praticamente impedido de fornecer li-



Maria do Carmo lembrou que vários países exploram potencial dos manguezais

cienciamento para implantação de projetos de cultivo de camarão marinho na costa brasileira. A senadora ressaltou que o Brasil regrediu na atividade pesqueira a ponto de tornar-se o maior importador de pescado da América Latina:

— Em 1988, produzíamos um milhão de toneladas. Em 1994, estávamos reduzidos a uma produção de 650 mil toneladas, diminuindo 35% da nossa produção em sete anos, além de uma queda no período de 50% no setor de camarão marinho — informou a senadora.

A senadora citou o exemplo da China, onde são produzidas 12 milhões de

toneladas anuais de pescado, gerando US\$ 13 bilhões em divisas e seis milhões de empregos na aqüicultura:

— A China mantém uma reserva preservada de apenas 100 mil hectares de mangues. Outro exemplo dos limites máximos utilizados em outros países para reserva ecológica dos seus mangues: Equador 35%; Tailândia 35%; Filipinas 40% — observou Maria do Carmo.

O Brasil, de acordo com a senadora, mantém uma reserva de 2,5 milhões de hectares de mangues, a maior do mundo. Maria do Carmo questionou se não seria possível conciliar a preocupação ecológica com o desenvolvimento auto-sustentável de uma moderna aqüicultura. Segundo a senadora, a aqüicultura é naturalmente ecológica, uma vez que não pode ser desenvolvida em águas poluídas. Baseada em estudos técnicos, Maria do Carmo acredita que seria possível disponibilizar um percentual máximo de 10% dos mangues para a aqüicultura, além do remanejamento de salinas e viveiros de peixes que se encontram abandonados.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou a iniciativa de Maria do Carmo. Para Cabral, os dados apresentados pela senadora demonstram que o Brasil não pode crescer sem retomar o desenvolvimento.

— Os tecnocratas não conhecem o potencial do Nordeste — afirmou.

Requião acusa Lerner de tentar beneficiar empresas

Senador afirma que governador do Paraná pretende repassar vistoria de veículos do Detran para grupo empresarial privado

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) denunciou na sexta-feira manobra que o governo do Paraná estaria realizando para beneficiar grupo empresarial que apóia o governador Jaime Lerner. Segundo Requião, o governo paranaense pretende repassar a atribuição de vistoria de automóveis do Departamento de Trânsito para a companhia de energia elétrica do estado que, por sua vez, estaria sendo comprada pelo mesmo grupo empresarial. Requião afirmou que a vistoria de automóveis gera R\$ 210 milhões por ano:

— É um nítido estelionato do governador do Paraná. Está querendo repassar sem concorrência a um grupo privado a possibilidade de fazer a vis-



Requião: indústria de multas foi criada em Curitiba

toria dos automóveis.

Requião leu carta em que o PMDB pede aos motoristas para procurarem o partido e assinarem projeto de lei de iniciativa popular que pretende moralizar o sistema de multa e a fiscalização do tráfego em Curitiba. Segundo ele, o sistema eletrônico de fiscalização e controle de velocidade implantado em Curitiba é uma rede oculta que tem como objetivo não a redução da velocidade, do número de infrações ou de atropelamentos, mas sim a aplicação de multas:

— Essa rede está sendo operada por empresas privadas. E elas remuneram-se de comissões sobre a quantidade e o valor das multas. Logo, quanto mais multas, maior a comissão e maior o lucro dessas empresas. Quer dizer, o

objetivo é multar, e não disciplinar o trânsito — disse o senador.

Requião também leu carta que recebeu da Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas (Apeop) em que empreiteiros denunciam o "problema de falta de pagamento das obras e serviços realizados" para o governo estadual.

Segundo a Apeop, a inadimplência governamental vem desde agosto de 1998. Além disso, recursos arrecadados por meio da privatização de empresas, um empréstimo-ponte junto ao BNDES e a antecipação de royalties de Itaipu, entre outras fontes, foram tentados como solução para o equacionamento da dívida pelo secretário da Fazenda, Giovanni Gionédís, mas não foram suficientes.

Para Requião, "a administração do governo do Paraná está nas mãos de uma quadrilha".

Iris presta homenagem a ex-deputado goiano

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) prestou homenagem à memória do professor José Eduardo Silva Nascimento, ex-vereador de Goiânia e ex-deputado estadual, falecido recentemente. O senador destacou a inteligência política do homenageado, afirmando que exerceu suas atividades no Legislativo com paixão, coragem e coerência, sempre dedicado à causa dos mais simples e dos mais humildes:

— Professor com larga tradição no processo educacional de Goiânia, José Eduardo fez do ensino um instrumento permanente de defesa da vida e da justiça social. Sua presença marcante nas comunidades em que atuou lhe valeu o reconhecimento público, sendo eleito vereador em Goiânia por cin-



Iris exaltou defesa da vida e da justiça social

co mandatos, sempre com votações expressivas — lembrou.

Iris Rezende disse que José Eduardo deixa uma legião de amigos e admiradores, "todos eternamente gratos por tudo que fez por Goiânia e pelo Brasil". Para o senador, José Eduardo Nascimento inscreveu seu nome na história de Goiânia e será lembrado pela sua bravura e grande senso humanista:

— O registro que faço tem para mim um significado muito especial. José Eduardo foi um fraternal amigo e um companheiro de muitas jornadas. Estivemos juntos em diversos embates históricos, atuando ao lado do povo em suas lutas, abrindo caminhos e empreendendo inúmeras conquistas que em muito colaboraram no desenvolvimento de Goiânia — concluiu.

Camata quer transferir áreas de marinha

Dois projetos do senador Gerson Camata (PMDB-ES) autorizam o Poder Executivo a transferir os terrenos de marinha localizados em Vitória e Vila Velha, no Espírito Santo, para o controle dos dois municípios. Esses terrenos e seus acréscimos são tradicionalmente propriedades da

União, mas, segundo Camata, ela tem sido um "senhorio distante", não investindo o necessário em saneamento e desenvolvimento local:

— Os habitantes dessas áreas são pessoas pobres, cujos parcos rendimentos mal lhes permitem pagar as taxas exigidas pela ocupação. E, ainda assim, os gravames que lhes são exigidos sobre a posse de seus imóveis não são compensados com obras essenciais de infraestrutura, saneamento, urbanização — argumenta Camata.

O objetivo da medida proposta, segundo o senador, é possibilitar a transferência dos terrenos de marinha para os municípios onde se localizam, bem como as receitas decorrentes da arrecadação sobre sua ocupação, garantindo, assim, melhor ordenação jurídica e aplicando-se a receita patrimonial decorrente em obras de desenvolvimento urbano.



Camata acusa União de ter abandonado terrenos de marinha

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde Todo Dia — Atividade: Alongamento
6h30 — Especial Unip — Assunto: Sinusite
6h55 — Senado em Pauta
7h — Saúde Todo Dia — Atividade: Spinning Bike
7h30 — Especial Unip — Assunto: Sinusite
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h25 — Senado em Pauta
8h30 — Entrevista — Dom Décio Zandonade fala sobre as diretrizes gerais da CNBB
8h55 — Senado em Pauta
9h — Cidadania — O programa fala sobre a exploração da madeira e do meio ambiente
9h55 — Senado em Pauta
10h — Cores do Brasil — Em destaque: Espírito Santo
10h30 — Especial Unip — Assunto: Sinusite
10h50 — Senado em Pauta
11h — Entrevista — Dom Décio Zandonade fala sobre as diretrizes gerais da CNBB
11h30 — Projeto E
12h — Cores do Brasil — Em destaque: São Luiz do Maranhão
12h30 — Entrevista — Dom Décio Zandonade fala sobre as diretrizes gerais da CNBB
12h55 — Senado em Pauta
13h — Cores do Brasil — Em destaque: Bahia

13h30 — Cidadania — O programa fala sobre a exploração da madeira e do meio ambiente
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após, CPI do Judiciário (ao vivo)
21h — Jornal do Senado
21h25 — Senado em Pauta
21h30 — Cidadania — O programa fala sobre a exploração da madeira e do meio ambiente
22h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — "A voz do Brasil"
Em seguida — Música e informação
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida — Música e informação
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida — Música e informação
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação

Cultura ao Meio-Dia exhibe filme Nova York Sitiada

O projeto Cultura ao Meio-Dia, desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, apresenta na quarta-feira, no Auditório Petrônio Portella, o filme *Nova York Sitiada*, de Edward Zwick. A entrada é gratuita.

A produção americana de 1998 mostra o combate a uma crescen-

te onda terrorista em Nova York. Forçados a trabalhar em equipe na operação, forjando uma aliança inquietante, estão um agente especial do FBI, vivido por Denzel Washington; uma oficiala da CIA, interpretada por Annette Bening; e um general do Exército dos EUA (Bruce Willis).

Jefferson vê preconceitos nas restrições a incentivos

Senador reage a críticas aos benefícios que viabilizaram a Ford na Bahia e lembra que São Paulo recebeu mais do que isso no passado

As críticas das elites política e econômica de São Paulo aos incentivos fiscais que beneficiaram a instalação da Ford na Bahia são, na opinião do senador Jefferson Péres (PDT-AM), incoerentes e revestidas de preconceitos, já que, no passado, São Paulo foi beneficiado por renúncias fiscais, cambiais e creditícias, até mesmo superiores às observadas hoje.

— O que me incomoda nessas críticas de São Paulo é que por trás disso existe, na verdade, resistência e preconceito contra incentivos para qualquer coisa, industrialização sobretudo, concedidos às regiões periféricas. Se dependesse das elites paulistas, esses incentivos seriam simplesmente extintos — afirmou Jefferson, na sexta-feira, da tribuna do plenário.

Para o senador, as elites e formadores de opinião do estado mais rico do Brasil condenaram o “pecado” dos estados do Norte e do Nordeste, que ousaram enveredar pelo caminho da industrialização, lançando mão dos mesmos recursos e mecanismos utilizados por São Paulo em um passado não muito distante.

Jefferson listou dados que demonstram que, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1955 a 1960), “nenhum esforço foi poupado na coordenação de um amplo e variado pacote de estímulos à instalação das montadoras européias e americanas, que teve em São Paulo seu centro geográfico”.

— Esse período — analisou — configura, indubitavelmente, a mais gigantesca renúncia fiscal de nossa experiência econômica desde os tempos coloniais. E vêm agora as elites empresariais e políticas de São Paulo reclamar de incentivos fiscais para empresas de automóveis se instalarem no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Isso é se esquecer do passado. Essas reclamações de nossos irmãos paulistas não comovem o Brasil.

Em aparte, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) observou que a indústria automobilística não é mais a grande

geradora de desenvolvimento e emprego de outrora. Para ele, o país não deveria mais gastar recursos para atrair fábricas de carros e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deveria destinar verbas para áreas mais importantes, como a agricultura.

O senador pelo Amazonas disse concordar com Lúdio Coelho, mas afirmou que seu discurso apenas ressaltava o preconceito das elites do Sudeste. Como exemplo, Jefferson citou a Zona Franca de Manaus, que sofre duras críticas do empresariado paulista, porém tem um faturamento anual de R\$ 12 bilhões e recolhe mais da metade dos tributos federais arrecadados na região Norte.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) interveio para acrescentar que poucos estados têm resultado positivo na arrecadação para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

como o Amazonas, “ou seja, o estado exporta dinheiro”.

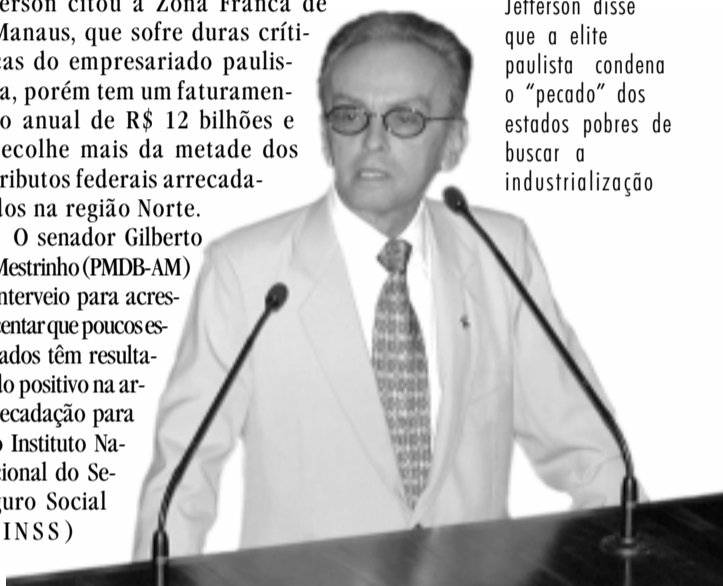
Ao retomar a palavra, Jefferson desabafou: “O que me irrita, me incomoda profundamente, é ver que, ao invés de os brasileiros se orgulharem de ter implementado uma política de desenvolvimento regional que conseguiu erguer um parque industrial de vulto em Manaus, o que se vê são petardos lançados diariamente contra a industrialização do meu estado”.

Também apartando, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou duramente a política para o setor automobilístico do governo federal. Em sua opinião, está havendo uma desnacionalização das indústrias de autopeças e as fábricas que vêm sendo instaladas

no país são meras montadoras.

— Essas empresas não têm nenhum compromisso com o Brasil. Não se esperem empregos dessas empresas. Não ganhou nada a Bahia com a fábrica, ganhou a Ford. Essa operação tem um custo-benefício rigorosamente absurdo, que se deve à irresponsabilidade do governo, que, ao invés de ter um projeto de desenvolvimento regional bem claro, prefere trabalhar com o espetáculo do desenvolvimento, com o automóvel

Jefferson disse que a elite paulista condena o “pecado” dos estados pobres de buscar a industrialização



“Radicalização” de São Paulo preocupa senador

Em discurso pronunciado antes da decisão do governador de São Paulo, Mário Covas, de anunciar o envio de pedido de revogação do complemento da lei do Simples em São Paulo, o senador Jefferson Péres acusou o governo paulista de radicalizar a disputa fiscal entre as unidades da Federação. Na decisão

que está sendo reconsiderada, o governo de São Paulo limitou em 20% as compras em outros estados para as empresas que adotam o sistema simplificado de cobrança de tributos (Simples).

— O governador Mário Covas acabou de jogar um tambor de gasolina à fogueira da guerra fiscal. A medida do

governador, de constitucionalidade duvidosa, porque discrimina a origem e o destino dos produtos e porque atinge frontalmente o pacto federativo, equivocadamente decorre de uma represália à instalação da Ford na Bahia, beneficiada por incentivos fiscais — observou o senador Jefferson Péres.

Guerra fiscal só beneficia o capital estrangeiro, afirma Lauro Campos

O senador Lauro Campos (PT-DF) lamentou na sexta-feira a guerra fiscal que se observa entre os estados brasileiros, a qual, em sua opinião, “só interessa ao capital internacional”. O senador parodiou o sociólogo francês Jacques Lambert, autor de *Os dois Brasis*, para destacar a “interdependência entre a riqueza de São Paulo e a pobreza de boa parte do resto do país”.

No entender do parlamentar, o Brasil está incorrendo, atualmente, no mesmo erro cometido nas décadas de 50 e 60, “por inspiração da teoria desenvolvimentista da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), ao oferecer incentivos e vantagens para atrair indústrias que, de qualquer forma, teriam que migrar para economias periféricas”. Lauro Campos avaliou que “o sistema capitalista vive uma crise de excesso de produção e de capitais” nos países que formam o núcleo da economia mundial.

A produção mundial de veículos é um bom exemplo, segundo o senador petista. Apesar de a indústria ter capacidade para fazer 69 milhões de veículos por ano, “a produção atual está estancada em 50 milhões de unidades”, disse. A migração desse tipo de indústria para as economias periféricas, por outro lado, é um fenôme-



Lauro afirma que a saturação dos mercados das nações ricas leva as montadoras para os países periféricos

no atual, mas não inédito, destacou.

— No passado, países como o Canadá, Argentina, Coreia, México e também o Brasil receberam essas indústrias, e agora o processo se repete — acrescentou.

De acordo com o senador Lauro Campos, além de espaço para produzir, o que essas indústrias — e a automobilística seria o melhor exemplo disso — buscam é mercado para seus produtos. E o Brasil, frisou, “está de novo dando algo precioso, que é seu mercado de consumo, com incentivos”.

Eduardo destaca investimento em turismo no Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) destacou os esforços do governo do estado do Tocantins para fomentar a indústria do ecoturismo, informando que serão aplicados US\$ 3,2 milhões de dólares no Pólo Ecoturístico do Cantão, o que permitirá a preparação do local para receber investimentos do setor privado de hotelaria e prestação de serviços.

Ao desenvolver o Pólo Ecoturístico do Cantão, frisou o senador, o estado do Tocantins deverá atrair milhares de turistas nacionais e estrangeiros, que usufruirão de uma região “única no globo, com excelente infra-estrutura hoteleiro-turística”. Ele acrescentou que o exemplo deve ser seguido e implementado em outros estados.

O Brasil, país de grande potencial turístico, precisa despertar “de uma vez por todas da letargia em que se encontra”, disse Eduardo Siqueira Campos. O senador informou que, em 1997, 617 milhões de turistas visitaram outros países e gastaram US\$ 448 bilhões em todo o mundo. Somente nos Estados Unidos, os turistas deixaram US\$ 75 bilhões.



Eduardo Siqueira Campos afirma que setor privado terá atrativos para investir no novo pólo

Apesar de seu enorme potencial turístico, o Brasil, disse o senador, vem ocupando o 39º lugar no ranking mundial de turismo, atrás de países como o Uruguai e a Argentina, e até mesmo da cidade de Cancún, no México. “O turismo deve ser nossa prioridade, tendo em vista que seu desenvolvimento gera empregos e renda, revitaliza a economia e tira estados e municípios da falência administrativa em que se encontram”, afirmou.